

POR UMA ESCOLA AO SERVIÇO DA REVOLUÇÃO
POR UMA REVOLUÇÃO AO SERVIÇO DO HOMEM

RAZÃO DA CANDIDATURA

Um conjunto de docentes de diferentes opções e sensibilidades políticas decidiu candidatar-se para os órgãos de gestão da Faculdade, constituindo assim uma lista para a Assembleia de Representantes e uma lista de Assistentes para o Conselho Pedagógico. A sua decisão fundamenta-se em dois factores: a consciência de que, nas actuais circunstâncias, a existência de uma lista única não iria ao encontro do desejo de opção dos eleitores e limitaria a almejada dignidade destas eleições, que precisam de ser representativas da vontade de manter e aperfeiçoar a gestão democrática das Escolas; e o facto de, apesar da aludida diferenciação ideológica dos candidatos, considerarem eles que constituem, na hora presente, uma linha de alternativa no processo de gestão da Faculdade.

Ficou bem claro, através das posições assumidas por alguns componentes destas listas, ao longo do processo que se tem vivido na nossa Escola, a sua discordância, sobre questões pontuais mas também sobre problemas essenciais, em relação a alguns dos sectores que a têm orientado, como também ficou bem expresso o seu desejo de colaborar, desde que estivesse em causa a resolução de problemas comuns e pudessem fazê-lo sem atraiçoar os seus princípios. É com este mesmo propósito que pretendem intervir na vida da Escola - defender as suas posições e participar com os elementos de outras listas que vierem a ser eleitos na procura de soluções para os graves problemas da Faculdade.

Ao repudiarem a lista única não pretendem, de forma alguma, criar na Faculdade o espírito e a prática de partido. Querem apenas, como linha independente, colaborar no sentido de se atingir a unidade necessária e possível ao serviço do aperfeiçoamento e dignificação da Escola.

INDEPENDÊNCIA E COMPROMISSO

As listas que agora se apresentam caracterizam-se pela sua independência, embora esta independência deva ser concretamente considerada sem demagogia, e nunca como arma para captar votos. Os seus componentes afirmam-se independentes, na medida em que se comprometem a discutir os problemas da Escola com a maior isenção e objectividade, com repúdio de estreitos interesses e táticas partidistas. Mas entendem também que, em certo sentido, não há listas independentes, dado que todas elas reflectem certas opções políticas. Nesta medida, também as presentes listas não são independentes e têm o seu compromisso próprio. Em resumo, pretendem lutar por uma Escola democrática e progressista. Mas não utilizam estas palavras como chevões sem conteúdo. Consideram concretamente que a Escola democrática é aquela onde todos se sintam realmente dinamizados para a resolução de problemas comuns, onde as quezílias pessoais - tão próprias ainda, infelizmente, desta Faculdade - dêem lugar à discussão objectiva de ideias, onde não só funcionem os órgãos legalmente estabelecidos como

todo o indivíduo possa fazer ouvir sem receio a sua voz. A Escola democrática é a antítese da escola dirigida pelos velhos mandarins ou por outro qualquer mandarinato, mesmo que acobertado por um voluntarismo pseudo-revolucionário. E consideram por Escola progressista não aquela que se diz estar ao serviço do povo, esgotando-se em discussões estéreis, mas aquela que, pelo trabalho desenvolvido e pelos objectivos procurados, o está realmente, sem demagogia e sem concessões à mediocridade.

BASES DE UM PROGRAMA

Não desejam os elementos destas listas apresentar um programa pormenorizado, até porque entendem que os programas são muitas vezes textos muito persuasivos, mas que não ultrapassam os limites do papel. No entanto, não poderão também deixar de expor sucintamente certos princípios básicos, com o objectivo de dar um conteúdo concreto ao compromisso que acabou de ser expresso. Assim, entendem como problemas preferenciais e linhas de actuação a ter presentes os seguintes:

1. POSIÇÃO RELATIVAMENTE AO MEIC

A Escola democrática não pode ser considerada uma correia de transmissão nem do Governo, nem de qualquer sector político ou ideológico. Deverá, por isso, lutar por uma autonomia pedagógica e científica que a constitua e dignifique como espaço de liberdade e de convivência crítica e criadora. A Escola democrática não pode, porém, em nome da autonomia, constituir-se em "torre de marfim" ou em "coudada ideológica", desligada do contexto do país e das orientações gerais emanadas dos órgãos do poder constituído, enquanto resultarem da vontade maioritária do povo português democraticamente expressa. Partindo deste princípio, os órgãos de gestão das Faculdades não devem ser simples apoio local do governo, nem órgãos de contestação sistemática. Deverão, isso sim, ser - e é o que pretendem os componentes destas listas - órgãos de participação crítica, independentes e dialogantes.

2. A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS

A gestão democrática escolar foi recentemente regulamentada através do Decreto-Lei 781-A/76, que tem sido muito contestado. Os elementos destas listas têm também sobre ele um juízo crítico. No entanto, não aceitam que se tenha tentado boicotar a concretização prática da sua regulamentação e, por isso, alguns manifestaram publicamente a sua reprobção quanto ao processo contestatório que se procurou pôr em movimento nesta Faculdade, como na Universidade em geral. Em democracia, as leis têm de ser respeitadas. Todavia, podem e devem ser criticadas e democraticamente aperfeiçoadas, quando tal se torne necessário. Assim, procurar-se-á fazer sobre o referido decreto o estudo crítico que não chegou a ser realizado na nossa Faculdade, a fim de apoiar ao MEIC a sua alteração em pontos menos correctos ou inconstitucionais.

3. O PROBLEMA DO SANEAMENTO

É sem dúvida este um dos problemas mais dramáticos da Faculdade, bem como da Universidade em geral. Pode variar a opinião que cada um tem sobre o saneamento, mas é sem dúvida ponto assente que a situação de impasse, que se mantém há mais de dois anos, não se pode prolongar por mais tempo. Os elementos destas listas - e alguns fizeram-no publicamente em plenários - criticam os processos por que o "saneamento" prático foi feito, mas interessam-lhes menos os erros do passado do que as soluções do futuro. Desta forma, pressionarão os órgãos competentes, para que o problema do saneamento tenha uma resolução justa e urgente.

4. A DEPARTAMENTALIZAÇÃO

Um dos problemas específicos das Faculdades de Letras é o da departamentalização. Parece certo que elas não poderão continuar a ser um todo compacto onde os cursos, sem organização própria, se acetovelam. A provar isso aí está o esforço de "departamentalizar" as Faculdades que acompanhou a reestruturação dos cursos, depois do 25 de Abril. Foi, porém, um esforço justificado, mas processualmente errado, pois se limitou a transformar os cursos em "departamentos". Afigura-se, pois, urgente o estudo de uma verdadeira departamentalização das Faculdades de Letras, à semelhança do que já se fez com as Faculdades de Ciências. Mas tal estudo terá de ser coordenado pelo MEIC, com vista a integrar-se num projecto global de planificação do ensino e da investigação.

Entretanto, importa que os cursos, hoje intitulados "departamentos", tenham a sua organização própria, reconhecida no âmbito da Faculdade, o que parece claramente viável, apesar da recente circular do MEIC sobre os órgãos departamentais. Efectivamente, esta medida visa tão só obstar a centros paralelos de decisão ao reafirmar a não existência legal, em face do actual decreto de gestão, de órgãos que, embora previstos no anterior decreto, nunca foram dotados de personalidade jurídica; o que não impede a sua existência como órgãos de parecer e proposta, auxiliares da gestão escolar legalizada.

5. A SITUAÇÃO DOS ASSISTENTES

Um dos mais graves problemas da Universidade resulta da falta de professores doutorados, e das extremas dificuldades de formação e promoção com que deparam os Assistentes. Geralmente sobrecarregados de aulas e sem estruturas de orientação científica e docente que os integrem, com dificuldade e só mercê de um notável esforço conseguem doutorar-se dentro dos prazos estabelecidos legalmente. A criação de tais estruturas e a concessão de condições especiais para os Assistentes mais antigos, a fim de se poderem dedicar exclusivamente à investigação com vista ao doutoramento, tem sido, por isso, uma das principais reivindicações dos Assistentes. O Conselho Pedagógico e o Conselho Científico terão de dar resposta ao problema, procurando as melhores soluções internas, e de pressionar o MEIC no sentido de que esta grave questão seja urgentemente considerada.

6. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE

A resolução dos problemas anteriormente referidos passa, é certo, por um esforço de reorganização das Escolas, mas esse esforço tem de articular-se com o estudo sobre a redefinição da Universidade - e, no caso concreto, das Faculdades de Letras - em face da nova realidade política e social portuguesa, e com o estudo da reestruturação da carreira docente. Estes problemas terão de ser discutidos na base, mas os seus resultados só serão efectivamente úteis se o MEIC nortear a sua acção no sentido de os resolver com urgência. Os órgãos de gestão da Escola, nomeadamente o Conselho Pedagógico e o Conselho Científico, deverão, pois, alertar o Ministério, fazendo-lhe ver que uma atitude passiva perante questões desta grandeza agravará a crise, já crónica, da Universidade.

7. A REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, NAMEADAMENTE DA FACULDADE DE LETRAS

Parece ser uma opinião muito ventilada - com raízes no Antigo Regime - que a Universidade de Coimbra, como velha escola portadora de defeitos ancestrais, não tem possibilidade de se reestruturar. Torna-se, pois, necessária a realização, no âmbito da Faculdade de Letras, de uma verdadeira planificação que demonstre as suas possibilidades dinâmicas e a capacidade de se vir a transformar, se devidamente apoiada pelo MEIC, numa escola nova, capaz de cumprir cabalmente a sua missão dentro da sociedade portuguesa de hoje, projectando o seu ensino, a sua investigação científica e a sua actividade cultural ao nível regional, nacional e internacional.

Só é possível que exista uma Universidade ao serviço do Povo, se o Governo puser em prática medidas que alterem profundamente a estrutura económico-social e cultural portuguesa. No entanto, torna-se indispensável que os órgãos de gestão promovam os estudos necessários à redefinição dos objectivos da Escola e à sua reconversão institucional e curricular, de modo a corresponder às carências mais presentes do país. Importa, igualmente, que os órgãos de gestão da Faculdade criem na Escola estruturas que a transformem num verdadeiro centro de trabalho científico e docente rentável, onde a competência seja nota dominante e os programas e métodos de ensino abram os alunos para uma autêntica formação crítica, e onde se institua cursos de pós-graduação e reciclagem, centros de apoio aos estudantes-trabalhadores e se promovam actividades de extensão cultural. Mas mesmo tais iniciativas dificilmente serão postas em prática, sem um concurso efectivo do MEIC.

Ao enunciar estas bases, os componentes das listas que agora se apresentam não desejam mais do que fazer algumas reflexões para claramente dar a conhecer ao eleitorado a sua posição. Através delas, provam ao menos que têm consciência da extrema dificuldade em conferir à sua acção uma relativa eficácia. Comprometem-se, porém, a dialogar com o MEIC no sentido de chamar a aten-

ção para a urgência da resolução de tão graves problemas. E comprometem-se igualmente a fazer um esforço no sentido de axiar entre os docentes, os estudantes e os funcionários um espírito de colaboração que os una para a procura de soluções concretas.

APELO AO VOTO

A defesa dos princípios democráticos constitucionais impõe que se rejeite o abstencionismo. Só através de uma percentagem significativa de votos ficará provado o desejo de que a gestão democrática - que é uma conquista do 25 de Abril - não morra, como por certo todas as forças reaccionárias pretendirão. Por isso se termina este manifesto com um apelo ao voto. Todos os docentes devem votar nas próximas eleições do dia 10 de Fevereiro.

ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES - LISTA D

Andréo Crabbé Rocha

Luís Manuel Soares dos Reis Torgal

Maria Manuela Gouveia Delille

José Ribeiro Ferreira

Manuel Viegas Abreu

Anândio Augusto Coxito

Ofélia Milheira Caldas Paiva Monteiro

Amadeu José de Figueiredo Carvalho Yomen - Representante na Comissão Eleitoral

Renato Orlando da Costa Correia - Representante na Comissão Eleitoral

José Pires Ferreira da Silva

José Esteves Pereira

Maria José Moura Santos

Carlos Alberto Louro da Fonseca

João Lourenço Roque

Nicolau de Alacida Vasconcelos Raposo

Maria Teresa Delgado Mingucho

Carlos António Aíves dos Reis

Maria Teresa Pinto Mendes

Walter de Sousa Medeiros

Maria Eduarda dos Santos Alvelos

Manuel de Oliveira Pulquério

João de Oliveira Lopes

Karl Heinz Delille

Ludwig Scheidl

Rosa Maria Marreiros

António Pedro Machado Gonçalves Dias

Sebastião Tavares de Pinho

Maria António Ferreira Hörster

Maria de Fátima Sousa e Silva

Maria das Dores Formosinho Sanches Simões

Maria Manuela Rocheta Santos - suplente

CONSELHO PEDAGÓGICO (ASSISTENTES)

Francisco Vieira Jordão (Filosofia)

Maria das Dores Formosinho Sanches Simões (Psicologia e Ciências da Educação)

Carlos António Alves dos Reis (Românicas) - Representante na Comissão Eleitoral

Maria Manuela Rocheta Santos (Germanicas) - Representante na Comissão Eleitoral

Sebastião Tavares de Pinho (Clássicas)

António Pedro Machado Dias (História)